

Alvorada, um projeto acima de qualquer governo

Assim como falamos em aprofundar as conquistas do real deveríamos discutir quais seriam os *upgrades* desejados no projeto Alvorada

MARCELO NERI

*Chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV
mcneri@fgv.br*

O ALVORADA, PRINCIPAL PROJETO SOCIAL do governo federal, desconhecido até de jornalistas e cientistas sociais, constitui uma estrutura integrada de políticas de combate à miséria, encarada em várias de suas dimensões presentes e outras tantas futuras. A introdução desse arcabouço unificado no Brasil, terra da desigualdade inercial, é, por si só, uma conquista.



Mais do que isso, o projeto reúne alguns elementos da melhor tecnologia social hoje disponível. Ouso dizer que tão importante quanto a manutenção dos avanços do Real é a preservação dos progressos do Alvorada, que começam a ser observados. Da mesma forma que se questiona mudanças de rumo e aprofundamentos das conquistas econômicas obtidas a partir da estabilização, deveríamos estar discutindo como conservar as boas inovações do Alvorada e quais seriam os *upgrades* desejados.

O projeto confere especial ênfase às ações nas áreas de saúde, educação, provisão e geração de renda envolvendo dez ministérios ou secretarias federais. As diversas bolsas (entre elas alimentação e escola) concedidas combinam foco e velocidade de ações compensatórias com incentivos para os miseráveis protagonizarem melhoras sustentáveis em suas vidas.

A intervenção nas motivações individuais à vacinação, frequência escolar etc. se dá através do critério de acesso de grupos específicos a benefícios específicos. Incentivos monetários pertencem a uma geração mais recente de políticas do que a concessão incondicional de cestas básicas ou tickets-alimentação. Idealmente em cada bolsa, incluindo a distribuição de benefícios assistenciais às pessoas portadoras de deficiência, deveria existir uma parcela que exigiria contrapartida comportamental do indivíduo, alongando a persistência dos efeitos dos programas.

O Alvorada é complexo e o esforço para torná-lo amigável tem sido baixo. O projeto compartilha do crônico problema de comunicação doméstica do governo Fernando Henrique. Inicialmente batizado IDH14 em alusão ao Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, usado na seleção dos 14 estados então contemplados. O uso de critérios objetivos de elegibilidade dos municípios em substituição a motivações políticas obscuras

representa ganho de foco. Mas foi um erro limitar no nome o escopo geográfico de atuação do programa que se iniciava, e convenhamos, IDH14 parecia mais denominação científica de fórmula de remédio contra caspa.

Boa comunicação é pré-requisito fundamental para a participação ativa da sociedade. Há sensibilidade dos gestores do programa para ouvir sugestões apresentadas, embora falte ao Alvorada

mais ambição em coordenar os diversos atores envolvidos, aí incluindo os três níveis de governo, terceiro setor, empresas privadas e por último, e mais importante, o cidadão comum. As nossas experiências recentes com metas inflacionárias e as de consumo de energia elétrica demonstraram a força dos compromissos firmados a partir de números palpáveis. Este governo foi signatário, em 1995, do compromisso de Copenhague que previa redução à metade da miséria mundial até 2015. Por que não colocar este desafio à sociedade brasileira? Poucos podem contribuir tanto para esta auspiciosa meta mundial como nosso grande e desigual país. Mas antes é preciso a adoção de linhas oficiais de miséria, que façam sentido, de forma a permitir convergência de esforços.

Além do aspecto coordenador e mobilizador, as metas sociais podem desempenhar papel central na realocação anual do orçamento social. Mudanças observadas *a posteriori* nos indicadores sociais estaduais deveriam impactar o volume das verbas federais destinadas aos diferentes estados. Da mesma forma que estes poderiam adotar procedimentos semelhantes com seus respectivos municípios. As unidades pobres que andassem mais rápido teriam acesso facilitado a recursos adicionais em detrimento daquelas que se mantivessem estagnadas. Defendemos incentivos corretos, não só aos indivíduos mas às localidades miseráveis.

O problema do Alvorada talvez seja a implantação tardia por um governo que se autodenomina, desde o início, social-democrata. Isto exacerba riscos de descontinuidade de um programa tão moderno. Esta tecnologia social acumulada não é dos políticos, mas do povo, pelo povo e para o povo. Logo quando assumiu a presidência, Vicente Fox pensou em desmontar o Progressa – similar mexicano do Alvorada – mas quando observou os resultados mudou de idéia. E trocou o nome do programa.